

IMPACTOS AMBIENTAIS E SEUS REFLEXOS NA SAÚDE: UM TEMA DE DEBATE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Thaysa Tomáz de Aquino Gomes¹

Arlide Franco Alves²

Educação Ambiental

RESUMO

O presente artigo revisita alguns autores com o objetivo de reflexionar sobre a direta relação da saúde com a degradação ambiental. Mesmo parecendo óbvia e até recorrente essa discussão, a mesma merece um permanente debate, principalmente, quando mais e mais problemas sanitário-ambientais surgem, outros recrudescem e alguns reemergem. Fato é que essa discussão perpassa por uma profunda reflexão em relação às atitudes humanas, ao modo contemporâneo de vida, a persistente lógica de uso exacerbado dos recursos naturais, o descaso com o avanço dos elementos de degradação ambiental, só para mencionar alguns pontos, os quais refletem diretamente na saúde ambiental, logo, em especial, no bem-estar do homem. Por isso é que questões como a Educação Ambiental colocam-se no centro desse necessário debate. Metodologicamente trata-se de um trabalho revisional, que busca dialogar com as distintas variáveis ambientais que corroboram nesses processos de degradação ambiental, intensificando os agravos sanitário-ambientais. Como perspectiva, buscou-se apontar alternativas teórico-metodológicas de ações mitigantes e de condutas sócio-educacionais capazes de minimizarem os agravos sanitários em busca de saúde e qualidade de vida à sociedade mundial.

Palavras-chave: Degradação ambiental; Educação; Saúde.

INTRODUÇÃO

A Carta de Sofia, produzida durante um encontro da Organização Mundial da Saúde em 1993, traz como conceito de Saúde Ambiental:

“Saúde Ambiental são todos aqueles aspectos da saúde humana, incluindo a qualidade de vida, que estão determinados por fatores ambientais, sejam estes físicos, químicos, biológicos, sociais e psicológicos no meio ambiente. Também se refere à teoria e prática de valorar, corrigir, controlar, e evitar aqueles fatores que, potencialmente, possam prejudicar a saúde de gerações atuais e futuras.” (OMS, 1993 *apud* RIBEIRO, 2004).

Ao se analisar esse conceito e correlacioná-lo com o contexto ambiental atual, percebe-se que o estado de desequilíbrio no qual se encontram os fatores ambientais está diretamente relacionado à grande maioria dos problemas enfrentados na manutenção da saúde ambiental e, conseqüentemente, ao declínio da qualidade de vida das pessoas. Entretanto, sabe-se que, em se tratando de impactos ambientais, um dos principais e pioneiros agentes desses impactos é o próprio homem, que agride diariamente o seu próprio meio, através das

¹ Thaysa Tomáz de Aquino Gomes, Estudante do Curso Técnico Integrado em Controle Ambiental, IFPB – Campus João Pessoa, Unidade Acadêmica de Design, Infraestrutura e Ambiente, thaysa.tomaz@hotmail.com

² Prof. Dr. Arlide Franco Alves, IFPB – Campus João Pessoa, Unidade Acadêmica de Design, Infraestrutura e Ambiente, alves@ifpb.edu.br

diversas ações como o descarte inadequado de resíduos sólidos, o despejo inapropriado de efluentes nos leitos dos rios entre outros. E é nesse contexto que se insere a Educação Ambiental (EA), que busca através da informação e do conhecimento sensibilizar as pessoas de modo a promover uma convivência mais harmônica do homem com a natureza, como bem enfatizado por Reigota (2001) ao explicar que:

“Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles também teremos as soluções, que não serão obras de gênios, de políticos ou tecnocratas, mas sim de cidadãos e cidadãs, portanto quanto mais cedo se desenvolve a sensibilidade acerca do meio ambiente, menos impactos antrópicos serão provocados.”

À vista disso, o objetivo desse trabalho é trazer à tona a discussão acerca da importância da EA, na perspectiva de fomentar uma reflexão a respeito da direta relação da saúde com a degradação ambiental.

METODOLOGIA

A metodologia adotada se baseou na pesquisa exploratória que não requer a formulação de hipóteses para serem testadas, ela se restringe por definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007, p.61). Então, trata-se de um estudo revisional, isto é, “*de revisão, quando resume, analisa ou discute informações já publicadas*” (RAUEN, 2002, p.242) sobre o tema em questão. Portanto, como as questões ambientais são cientificamente transversais e, desse modo, bastante amplas, optou-se, portanto, por uma centralidade entre alguns referenciais que dão suporte ao debate da saúde e do bem-estar da sociedade em consequência da degradação ambiental no contexto da EA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A centralidade dessa discussão sanitário-ambiental perpassa, inicialmente, em compreender que “*o comportamento insustentável da espécie humana, [...] do modelo hegemônico de gestão de sociedade tem sido a causa principal dos impactos ambientais [...], principalmente após a Revolução Industrial*” (SOUSA; ALVES; ANDRADE; NICODEMO & VITORINO, 2017, p.181). Complementarmente a essa premissa, torna-se notório que:

“*A educação, seja ela formal ou informal, tem papel importante [...]. Diante do reconhecimento das causas dos desequilíbrios ambientais decorrentes das atividades humanas, cada vez mais se faz necessário que as discussões sobre Educação Ambiental evoluam de modo a contribuir para uma construção de uma educação baseada em princípios de sustentabilidade*” (op. cit.).

Por isso, é que não se pode ignorar a direta correlação do bem-estar sanitário da sociedade [ambiental] desse conjunto de ações/degradações antrópicas, que vêm se intensificando, sobretudo, a partir do começo do século XX. Não há como separar o debate da saúde ambiental, tal como não se pode separar o debate da sustentabilidade socioambiental, sem que se discutam elementos da relação homem-natureza, há muito tempo descaracterizada de seu significado semântico. Ou seja, a separação do homem da natureza, na qual o mesmo está [sempre] inserido é a questão central dessa alienação em relação à degradação ambiental, acarretando, quase sempre, como consequência, problemas de saúde e bem-estar.

Nessa discussão não podemos deixar de resgatar as destacadas alertas de Gonçalves (2008), ao levantar que as questões ambientais – logo sanitárias, têm sua origem no conceito que a sociedade moderna [contemporânea] construiu da natureza, desnaturalizando, em suma, o próprio homem. Noutras palavras, afastando o homem da natureza, colocando-se fora dela, como se nada tivesse de ligação e, decorrência disso, nenhuma responsabilidade com o estado de degradação que hoje vivenciamos. Aliás, Gonçalves (*op. cit.*) diz que:

“Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma [...] ideia do que seja a natureza. Nesse sentido o conceito de natureza não é natural, [...] instituído pelos homens (p.23). [...] é fundamental que reflitamos e analisemos como *foi* e como *é* concebida a natureza na sociedade, o que tem servido como um dos suportes para o modo como produzimos e vivemos, que tantos problemas no têm causado (p.24).

Além do mais, corroborando nessa cultura-conduta da sociedade tem-se a postura da ciência diante da natureza, como claramente expressa Gonçalves (*op. cit.*), quando afirma que há uma oposição *homem e natureza*, assim como a existência de uma oposição *sujeito e objeto*, que acaba a natureza sendo moldada a própria humanização, embora que a mesma tenha, concretamente, sua dinâmica própria. Esse modelo humano, formatado por sua própria cultura de desnaturalização da natureza, impôs inúmeras alterações, as quais só podem ser minimizadas por ações de cunho educacional.

Portanto, essa deliberada e acelerada fragmentação do conhecimento, sobretudo a partir do século XIX, consagrou a separação entre homem e natureza (GONÇALVES, 2008, p.100) e, essa é a questão-chave dos processos de degradação que vêm impactando o mundo, logo diminuindo a saúde e o bem-estar da humanidade. Em semelhante aspecto, Reigota (2010, p.17) alerta para a necessidade do “*restabelecimento do outro tipo de comunicação com a natureza*, rompendo àquilo que o mesmo chamou de “*monólogo do cientista que decifra as suas leis do universo*”, como uma ciência alheia aos ditames da natureza. Aqui se faz uma relação direta com os problemas de falta de saneamento, por exemplo, ou seja, deposição incorreta dos dejetos, acarretando em uns cem números de enfermidades, que ainda

persistem em pleno século XXI, mesmo com todo o aparato científico e tecnológico. Dir-se-ia, então, que se pode reduzir esse debate em questões educacionais. Sim, educacionais, mas que têm raízes numa percepção ambiental fragmentada de natureza, como se expressou anteriormente.

Ainda que estimado, tem-se que em torno de 30% dos danos à saúde populacional está relacionada aos fatores ambientais decorrentes da inadequação do saneamento (água, lixo, esgoto), da poluição atmosférica, dentre outras agressões a natureza. Com isso, pensando de modo sistêmico, foi que a partir de 2003 entrou em cena a reestruturação da Saúde Ambiental. É criada, a Secretaria de Vigilância em Saúde e nela a Coordenação-Geral de Vigilância Ambiental em Saúde (CGVAM), com um enfoque sistêmico e integrador, assumindo o papel estratégico de estruturação dos processos e políticas de saúde (BRASIL, 2002).

Prova disso é que a FUNASA vem trabalhando a Saúde Ambiental de modo bastante educativo. Tanto é que dentro do rol de suas competências: formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental; apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área da saúde ambiental. Aqui na Paraíba o órgão vem desenvolvendo inúmeras ações de educação e saúde. Assim, através da Seção de Educação e Saúde Ambiental (SADUC) ações de apoio ao Estado e municípios no planejamento, execução, monitoramento e avaliação de projetos e ações de Educação em Saúde Ambiental.

De modo paralelo e corroborando nessa construção de condutas sociais é que EA tem seu papel de disseminador de conhecimentos e mudanças atitudinais no âmbito dos processos educativos. Ou seja, a EA como espaço de formação e construção de uma nova atitude de relação do homem com a natureza. Assim, o debate social, igualmente no espaço educacional, sobre as relações de saúde, ambiente e desenvolvimento podem resultar não somente na ampliação do conceito de saúde (uma vez que as influências do meio ambiente na saúde e suas percepções variam de acordo com as características geográficas, culturais, sociais, dos modos de produção e consumo das populações na dinâmica de seus respectivos territórios), como também numa nova atitude relacionada às agressões antrópicas ora em curso no ambiente, que refletem diretamente em nossa saúde e bem-estar social.

Por isso é que Penteado (2010, p.15) ao discutir meio ambiente, ciências e escola diz que *“questões sobre o meio ambiente se apresentam como um dos problemas urgentes a serem resolvidos [...], a fim de que a vida seja preservada, saudável, digna e produtiva”*. Em complemento, a mesma autora aponta como necessário *“Promover, através da escola, a compreensão sociopolítica das questões ambientais e a formação de uma consciência*

ambiental” (op. cit., p.23). Por essa razão, torna-se mister a análise da questão numa visão sociopolítica, estudos na compreensão de nossa relação com o meio ambiente e metodologias de trabalho para o tema, nas escolas.

CONCLUSÕES

Com a realização desse trabalho, pôde-se perceber o quanto a Educação Ambiental se torna essencial na sociedade atual, tendo em vista que apenas através dela poder-se-á alcançar uma relação homem-natureza mais harmoniosa e sustentável, uma sociedade mais sensível para com as causas ambientais, uma gradativa restauração do equilíbrio ecológico e, conseqüentemente, da Saúde Ambiental. Portanto, não demasiado ratificar esse temário da Educação Ambiental e nele questões como da saúde que decorrem das contínuas atitudes de agressão ao meio ambiente. O debate continua!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Vigilância Ambiental em Saúde**. Brasília: FUNASA, 2002. 42p.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

PENTEADO, H. D. **Meio ambiente e formação de professores**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2010, 128p. [Coleção questões da nossa época, v.13]

RAUEN, F. J. **Roteiros de investigação científica**. Tubarão-SC: Editora Unisul, 2002. 268p.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001, 63p. [Coleção Primeiros Passos, v.292]

_____. **Meio ambiente e representação social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. [Coleção questões da nossa época, v.12]

RIBEIRO, H. Saúde Pública e Meio Ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos. São Paulo, 2004. **REVISTA SAÚDE & SOCIEDADE**, v.13, n.1, p.70-80, 2004.

SOUSA, C. A. F; ALVES, A. F; ANDRADE, T. M; NICODEMO, S. C. T. E. S; VITORINO, G. O. *A Percepção Ambiental de atores sociais de escola públicas e privadas, em um bairro de João Pessoa (PB)*. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**, v.12, p.180-193, 2017.